

O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 NO PARÁ: IMPrensa E MEMÓRIAS

*THE CIVIL MILITARY COUP IN PARÁ, 1964: MEDIA AND
MEMORIES*

*EL GOLPE DE ESTADO CIVIL Y MILITAR DE 1964 EN PARÁ:
PRENSA Y RECUERDOS*

Edilza Joana Fontes¹

Resumo: O artigo debate a postura da imprensa paraense em março de 1964 e sua relação com o golpe civil militar. O artigo usa também depoimentos de presos torturados, de presos políticos que faziam movimento estudantil e m 1964. Pretende relativizar a postura do PSD do estado no momento do golpe, definindo seu apoio ao movimento e posteriormente mudando de posição, passa a fazer crítica após a cassação dos mandatos do governador Aurélio do Carmo, do vice-governador, do prefeito de Belém, e de vários deputados estaduais e federais. O artigo procura demonstra a prisão de vários sindicalistas, estudantes, intelectuais, noticiada pela imprensa dentro da campanha anticomunista instalada.

Palavra-chave: PSD, golpe civil-militar, Pará, memória, imprensa.

Abstract: The article discusses the attitude of the media/press in the Brazilian state of Pará in March 1964 and its relationship with civil military coup. The article use testimonies of tortures prisoners and political prisoners that participated in the students movement in 1964. The article intends to relativize the stance of the PSD (Political party from Pará State) at the time of the coup, first defining support to the coup and subsequently shifting position, becoming critical after the impeachments of the governor Aurélio do Carmo, the vice-governor, the mayor of the capital (Belém) and various state and federal deputies. The Article intend to demonstrate the arrest of several labor unionists, students and intellectuals reported by the press in the anticommunist campaign installed.

Keywords: PSD, Civil-military coup, Pará, memories, media.

Resumen: El artículo analiza la actitud de la prensa de Pará en marzo de 1964 y su relación con el golpe de estado civil. El artículo también utiliza declaraciones de presos torturados, presos políticos que fueron el movimiento estudiantil y m. 1964. Quiere relativizar la postura de la PSD del estado en el momento del golpe de estado, fijando su apoyo para el movimiento y posteriormente cambiar de posición, se convierte en crítica después de la destitución de los mandatos del gobernador Aurelio do Carmo, el Vice gobernador, el alcalde de Belén y

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil, E-mail: edilzafontes@yahoo.com.br

varios estado y los parlamentarios federales. El artículo demuestra la detención de varios sindicalistas, estudantes, intelectuales, divulgado por la prensa en la campaña anticomunista instalada.

Palabras-clave: PSD, golpe de Estado cívico-militar, parada, memoria, pulse.

A historiografia paraense não consolidou um debate sobre o golpe de 1964. Não se fez ainda uma análise profunda da “insidiosa conspiração militar e civil antirreformista” (NAPOLITANO, 2014). Este artigo pretende contribuir com o debate e compreender o contexto do pré-golpe e o ano de 1964 no Pará,² buscando analisar os apoios e as participações dos sujeitos neste processo. Portanto é uma abordagem de história do tempo presente sendo o golpe civil-militar como evento chave para entender a conjuntura. Usaremos como fontes os jornais de maior circulação de Belém, a capital do Estado e as memórias de estudantes universitários da época que foram, presos, torturados e responderam a inquéritos policial militar (IPM).

Os jornais de Belém aceitaram a tese que havia um inimigo subversivo da democracia, das tradições, da ordem e que era necessário combatê-lo. Aceitaram também a assertiva de que os militares eram o herói do momento (FICO, 2004). Muitos artigos foram escritos de forma a exaltar as forças armadas, em alguns momentos chegaram até aparentar que antes do golpe de 1964 no Brasil não vigorava uma democracia (JAIME; PERE, 2011). Contra os inimigos subversivos da democracia e da ordem são poucos os apoios do presidente João Goulart.

Ao analisarmos o que foi veiculado, nos três primeiros meses de 1964 *A Província do Pará*, *O Liberal* e *Folha do Norte*, do Estado do Pará, observamos que foram publicados artigos que traziam expressões como o “perigo vermelho”, “cubanização”,³ “Avanço Comunista”.⁴ Existia ainda a divulgação da ideia de que por conta da situação “devastadora” que se encontrava o país, era imperiosa a necessidade de substituição do presidente João Goulart. O jornalista Augusto Meira publicou em sua coluna “Panorama Nacional” debate “como era mortificante a situação do Brasil”.⁵ O articulista propunha

² Este artigo é um primeiro resultado do projeto de pesquisa “A UFPA e os Anos de Chumbo: traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)” coordenado por mim. O bolsista do projeto Cláudio Ricardo fez todo o levantamento de jornais usados neste artigo. Agradeço o trabalho feito com seriedade e dedicação à pesquisa.

³ Afinal o que deve o povo fazer? *Folha do Norte*, 12 de março de 1964.

⁴ Sobreviveremos. *A Província do Pará*, 19 de março de 1964.

⁵ Inquietação Nacional, *O Liberal*. Ao analisarmos o jornal *O Liberal* percebemos a publicação de pelo menos 3 artigos com esse mesmo título, mas com o texto diferente, disse pelo menos por conta de não estar disponível aproximadamente cinquenta e uma edições desse periódico (somente entre janeiro e março) para pesquisa ou seja não posso garantir se aparecem ou não mais vezes artigos com esse título. Os dias foram: 1, 14 de janeiro e 13 de fevereiro de 1964.

a substituição de João Goulart para restabelecer a ordem e principalmente a comunidade democrática, que estaria ameaçada pelas ações do presidente. A imprensa divulgava que o presidente João Goulart, objetivava implantar uma ditadura comunista no Brasil. O jornal *A Província do Pará* publicou, por exemplo, uma notícia⁶ que denunciava um plano de subversão nas regiões de Igarapé-Açu e Castanhal, no interior do Pará. Segundo a matéria, o grupo agia com a denominação de “Movimento pelo Desenvolvimento Econômico”, tendo a função específica de pregar a rebelião no interior do Estado.⁷ Outra notícia que foi publicada com o mesmo também no jornal *A Província do Pará*, tratava de uma apreensão feita pela polícia carioca de caixotes com literatura subversiva cujo endereço era arcebispo do Pará.⁸

Pedro Galvão, que era presidente da UAP (União Acadêmica Paraense) no ano de 1964, nos fala que a luta política foi, naqueles dias, marcada por esse medo do comunismo, o que era alimentado diariamente pela grande imprensa, a qual “demonizava” o governo João Goulart, apoiado pelas forças de esquerda e pelo movimento sindical, tendo entre seus compromissos de governo as chamadas Reformas de Base,⁹ como a Reforma Agrária e a Reforma Universitária (GALVÃO, 2004). Opinião compartilhada por Ronaldo Barata.

A luta pelas reformas de base dividia a sociedade brasileira. Uma parte dela apegava-se às bandeiras reformistas e as empunhavam como guias do caminho, único e correto, a fim de alcançar as mudanças das estruturas vigentes, indicando os meios para a radical transformação do país.

A outra, reacionária e tradicionalista, vendo no calor dos acontecimentos um perigo iminente de perda dos seus privilégios, reagia ao reformismo e, com um discurso anticomunista, tentava sensibilizar parcelas da classe média brasileira contra a escala crescente das forças progressistas (BARATA, 2004).

Artigos publicados, pelos editorialistas nos jornais do Pará, rotulavam de comunistas todos aqueles que se alinhavam ao lado das reformas de base (BARATA, 2004). O jornal *O Liberal*, publicou que as reformas de base, ao invés de serem equacionadas de acordo com interesse público, seriam na base da demagogia eleitoral.¹⁰

⁶ Plano de subversão nas regiões, *A Província do Pará*, 14 de janeiro de 1964 pg. 6.

⁷ *A Província do Pará*, 14 de janeiro de 1964 pg. 6.

⁸ *A Província do Pará*, 21 de fevereiro de 1964 pg. 1.

⁹ As reformas de base estavam reunidos um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendiam-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior (FERREIRA, 2006).

¹⁰ Reformas de Base como interesse público, 7 de janeiro de 1964 *O Liberal* pg. 4.

O que o país mais tinha a temer acontecerá inevitavelmente: as reformas de base, ao invés de serem equacionadas de acordo com interesse público, serão a partir de agora na base da demagogia eleitoreira. Vamos começar pela mais urgente e mais inadiável das reformas, que é justamente a agrária. Vimos, nas eleições passadas, o espetáculo degradante de candidatos irem a praça pública oferecer, em comícios, os terrenos particulares a eleitores precisados de espaços para edificarem suas casas. No entroncamento, em Belém, um desses pedintes de votos promoveu a inversão pela força de uma propriedade particular, pertencente a uma sociedade religiosa. Houve necessidade da intervenção da justiça e da polícia, para impedir que os exaltados fechassem a entrada e saída da instituição, que ali funciona a muitos anos. E o cidadão que procedia assim incentivando o desrespeito e o ataque a propriedade alheia, é dono de largos trechos de terra no baixo Amazonas e ganhou somas astronômicas em transações com lotes da Belém-Brasília. Outro candidato oferecia aos seus eleitores os palacetes da avenida independência, em Belém, os quais poderiam ser impunemente tomados à mão armada, se ele vencesse nas urnas.¹¹

Esta notícia pode ser analisada com mais uma publicação que faz parte da campanha anticomunista da imprensa brasileira, que passou a usar o comunismo como elemento unificador de uma elite conservadora, que deu apoio ao golpe civil-militar. A imprensa paraense fez parte desta campanha (MOTA, 2012). Com muita frequência os três jornais escreviam que o governo Goulart era demagogo, sindicalista, que nada sabia, que era incapaz, leviano, insano, antidemocrático, e alimentava o plano de uma revolução comunista¹². O alinhamento contra o comunismo, contra as mudanças na estrutura da sociedade, expressava uma visão conservadora dos proprietários de jornais e de alguns jornalistas. Para eles, a tradição e a legitimidade da autoridade eram valores a serem preservados. Acusar de “comunistas” todos os que defendiam o governo, fossem eles socialistas, trabalhistas, nacionalistas ou mesmo liberais, foi à tática usada pelos conservadores contrários a qualquer mudança na estrutura social (ABREU, 2006). Uma das principais características da imprensa, até os anos 1960, quando a indústria de comunicação de massa ainda era incipiente, era de ser partidária. A relação do PSD e o jornal *O Liberal* é um bom exemplo desta característica, na medida em que o jornal foi fundado pelos apoiadores do ex-interventor e governador do Estado Magalhães Barata que fundaram o PSD no Pará.

Os meios de comunicação - a exemplo dos jornais, Rádio e Televisão - exerciam influencia significativa na sociedade. É importante ressaltar que o público em geral fazia apropriações diferenciadas das notícias. De fato a imprensa ajudou a derrubar Goulart (ABREU, 2006), porém isso não quer

¹¹Na base da demagogia, 7 de janeiro de 1964 *O Liberal* pg. 4

¹²Gabriel Hermes, A Província do Pará, 2 de fevereiro de 1964, pg. 4.

dizer que ela influenciou o pensamento de todos na sociedade. Segundo o jornal *A Folha do Norte*, a União Acadêmica Paraense na figura do seu presidente, Pedro Galvão endereçou ofício aos comandos Militares, pedindo o enquadramento na Lei de Segurança Nacional das Emissoras de Rádio e Televisão, que vinham divulgando notícias alarmantes, em prejuízo à tranquilidade da família trabalhadora do Pará¹³. A publicação deste ofício serve para mostrar que as notícias veiculadas pela imprensa não tiveram o mesmo efeito em todos os setores da sociedade.

Sabemos que houve uma coalizão antigovernista que consolidou as aspirações dos golpistas em março de 1964 (REIS, 2002). Nesta coalizão a imprensa teve um grande papel. Os jornais do Pará tomaram partido e fizeram parte desta coalizão. A chamada “Rede da Democracia” (NAPO-LITANO, 2014) conta com a presença de *O Liberal*, *A Província do Pará* e *A Folha do Norte*. A participação dos jornais citados dava-se pela repressão cotidiana das matérias antigovernistas que saíam nos jornais da imprensa nacional e por notícias locais, de mesmo teor oposicionistas. Notícias de que o país rumava para o comunismo ou para uma república sindicalista eram constantes¹⁴. No Pará a busca de um apoio da sociedade, via imprensa e a tentativa de consolidar uma “opinião pública” favorável para o golpe de 1964, foi um processo amplo, que teve a participação dos jornais e rádios, apesar das vinculações políticas do PSD ao jornal *O Liberal*.

Este discurso antirreformista da imprensa paraense encontrou eco nos setores da sociedade paraense, vinculados aos latifundiários e fazendeiros do Marajó, que expressavam temor com as propostas de reforma agrária. Os jornais de Belém noticiam nos últimos dias de março as intensificações das atividades para deflagração do golpe civil militar. Os jornais publicam as movimentações das tropas militares em Minas Gerais, a declaração do governador Magalhães Pinto, as declarações do ex-presidente Dutra,¹⁵ por exemplo, assim como tem bastante destaque as declarações de Carlos Lacerda, governador do Estado de São Paulo¹⁶ que critica o presidente. Outro destaque são as matérias questionando as reformas de base, principalmente a reforma agrária. Os jornais de Belém fazem parte de uma “campanha de desestabilização” do governo João Goulart (Fico, 2004).

¹³Tal manifestação foi aplaudida através de ofício pelo “sindicato dos trabalhadores na indústria da extração do petróleo do Pará Amazonas e Maranhão”. *A Folha do Norte*, 5 de fevereiro de 1964; pag. 12.

¹⁴Comunistas ocupam cada vez mais os pontos chaves dos sindicatos do Brasil, *A Província do Pará*, 16 de Janeiro de 1964, pág. 1.

¹⁵Respeito à constituição e a palavra de ordem dos patriotas. *A Província do Pará*, 21 de março de 1964.

¹⁶Legalização do PC, *A Província do Pará*, 11 de fevereiro de 1964 pg. 1; Em poder Ademar carta de Jango a agitadores: preocupadíssimo com a situação política do brasil. *a folha do norte*, 29 de fevereiro de 1964 pg. 4.

Segundo esta “rede da democracia” o presidente João Goulart estava preparando um golpe de esquerda. Ao analisar os jornais e cruzar suas informações com as memórias de ex-militantes do movimento estudantil da época, percebemos que agenda que o presidente João Goulart propôs, incomodou os proprietários de terra, os militares e os religiosos no Pará. A política sobre a reforma agrária foi muito questionada. Uma agenda que propunha dar acesso a propriedade da terra, aplicar uma política de regularização fundiária, e de distribuição mínima das terras públicas criava medo, por questionar o poder. O Pará vivia em um ambiente conservador, marcadas por posições oligárquicas, autoritárias e elitistas e as notícias dos jornais, contribuíram para uma postura anti-jango e de apoio ao golpe civil-militar.

Os jornais, com exceção do produzido pelo PCB, os partidos e a imprensa paraense expressam as opiniões dos donos das terras e dos senhores do poder político no Estado. A condução do golpe, da qual o PSD paraense participou, apoiando as ações contra “os radicais comunistas”, foi aplaudida enquanto se mantinha dentro do arco de alianças que incluía uma oligarquia conservadora e liberal.

O clima de golpe civil-militar estava em processo e expresso nas páginas dos jornais paraenses. O golpe de Estado veio, com o apoio da imprensa, dos políticos ligados ao PDS no Pará,¹⁷ com o apoio da igreja,¹⁸ da maçonaria, da intelectualidade, dos produtores rurais (fazendeiros),¹⁹ dos comerciantes.²⁰ Contra a quebra da democracia representativa, implantada no Brasil em 1946, só ficaram os estudantes universitários, os sindicalistas ligados ao PCB, os militantes da A.P e do PCB e alguns políticos ligados ao PTB. Posteriormente quando os governos militares começam a elaborar a lista de cassados, é que o PSD, coloca-se contra os “desvirtuamentos da revolução”,²¹ quando deputados, governador, vice-governador, prefeito de Belém, vice-prefeito, prefeitos do interior todos políticos do PSD, é que o partido emite algum protesto sobre os governos militares.

Na imprensa paraense se expressa uma aliança preparado o golpe. O debate sobre as reformas de base de João Goulart, que poderia deixar o país mais igual, amedrontaram os donos de terras no Pará. Os questionamentos são em relação às reformas sociais, a distribuição de renda e a ampliação da democracia participativa e eleitoral. Os jornais falam em uma crise em

¹⁷PSD no Pará apoia nome de Jarbas Passarinho ao governo. A Província do Pará, 10 de junho de 1964 pg. 6. 2º cad..

¹⁸Bispos baianos exortam os fiéis a lutar em defesa da democracia brasileira. A Província do Pará, 10 de março de 1964.

¹⁹Associação dos Produtores do Pará. A Província do Pará, 14 de junho de 1964 pg. 3.

²⁰Congratulações pela investidura do senhor Agostinho Monteiro. A Província do Pará, 20 de junho de 1964 pg. 3; A Província do Pará, 10 de junho de 1964 pg. 6. 2º cad. Associação Comercial do Pará.

²¹As tiranias passam. O Liberal, 23 de maio de 1964.

março de 1964, colocando a responsabilidade desta crise sob os ombros do presidente. A articulação foi feita com apoio da sociedade civil.

Havia uma rede de organização tentando fazer com que as reformas de base sejam aceitas pela população. O CGT é uma das entidades sindicais que se propõe a divulgar os benefícios das reformas de base e buscava apoio para suas teses. O CGT no Pará era presidido em 1964, por Raimundo Jinkings membro do Partido Comunista do Brasil, que foi preso, depois do movimento militar e demitido do Banco da Amazônia (BASA) acusado de subversão. No início de março ainda era possível sonhar com as reformas de base. A quebra da normalidade democrática já tinha dado sinais de esgarçamento pelo uso da violência para conter as articulações em defesa das reformas de base. Há uma nota do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Petróleo nos Estados do Pará, Amazonas e Maranhão se solidarizam com Raimundo Jinkings pelo atentado sofrido no dia nove de março, em sua residência, quando foi alvo de tiros, feito do meio da rua. Na nota há uma convocação para o grande comício pelas reformas da base no dia vinte de março em Belém²². A nota é assinado por Carlos Sá Pereira, militante do P.C.B e liderança sindical que será preso após o golpe civil-militar

Foi bastante comum os jornais noticiarem que no Brasil inteiro estouravam greves, assim como publicavam diversos comentários e reflexões em colunas sobre este assunto. Theófilo de Andrade, que era colunista do jornal *A Província do Pará*, acusou muitas dessas greves de ilegais, pois, segundo ele colunista algumas delas eram de funcionários públicos, em serviços essenciais (como nos setores de energia e gás) e estabelecimentos militares. O colunista ainda chama o governo Goulart de criminoso, dizendo que este ignora a lei, servindo-se das greves para fins políticos.²³ *A Folha do Norte* buscou mostrar que os tumultos se davam por conta de órgãos como o CGT e o PUA, que segundo esse periódico, foram criados por inspiração comunista, especialmente para tumultuar a vida sindical, e agravar a situação econômico-financeira do país, infelicitando o povo e desorganizando a vida nacional.²⁴ No caso do estado do Pará diversos sindicatos fizeram greves.²⁵ Tais greves mostram que nesse período o movimento sindical nos mais variados setores, estava plenamente organizado, tendo bastante força e articulação. Como por exemplo, a Campanha Pró-monopólio Integral do Petróleo, que tratava de um movimento que durante algum tempo causou

²²Grande Comício sobre as reformas de base em Belém. Jornal *A Província do Pará*, 12 de março de 1964.

²³Theófilo de Andrade, *A Província do Pará*, 23 de janeiro de 1964, pg. 4.

²⁴Tumultos. *Folha do Norte*, 19 de janeiro de 1964, pg. 1.

²⁵A exemplo do “Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e tecelagem do Estado Pará e Terras Federais do Pará”, os “marítimos” dos principais portos do Estado e o Sindicato dos Securitários Paraenses, até a Associação dos Feirantes de Belém grevou, reivindicando um tabelamento de preços a prefeitura de Belém.

repercussão em todo o território nacional, que propunha a encampação da refinaria de Capuava. Em Belém e nas cidades do interior, principalmente na zona bragantina, os manifestantes elaboraram uma programação de cunho nacionalista, bem a gosto dos debates sobre desenvolvimento para o Brasil.²⁶

O golpe não foi esperado pelos políticos do PSD no Pará. A esquerda não reagiu. O golpe contou com o apoio de grande parte da população paraense e logo foi articulada a substituição do governador e vice-governador do Estado e do prefeito e do vice-prefeito da capital²⁷. Toda substituição feita, após a cassação dos mandatos, foi feita com a anuência da classe política, que votou na câmara dos vereadores de Belém e na Assembleia legislativa do Estado, os novos mandatos para o coronel Jarbas Passarinho para governo e Alacid Nunes para prefeito de Belém.²⁸

O golpe civil-militar na memória dos estudantes da época veio acabar com uma conjuntura rica, de profundo debate, de criação, de participação da juventude, de crença na possibilidade de mudanças sociais. Sonhos de reinventar o país, com inspirações nacionalistas, anti-imperialistas, com base em uma cultura que se pretendia popular e moderna. Estavam se criando uma nova agenda cultural no Pará, principalmente em Belém que já dialogava com artistas nacionais, que pensavam a cultura como meio de reformas, para alcançar mudanças estruturais. “O auditório montado pelo Pedro lá atrás da UAP era uma beleza. Nós recebíamos uma serie de pessoas, havia cantorias, declamações de poesias, apresentação de peças de teatro. Aquela era a universidade”.²⁹

As primeiras figuras do governo faziam vigília quando começaram a circular em Belém as primeiras notícias de que a crise nacional se agravava.³⁰

²⁶A campanha partiu da zona bragantina: Bragança, Igarapé-açu, Inhangapi, Santa Maria, Nova Timboteua, Peixe Boi, Taquateua, Salinópolis, São Miguel do Guamá, Irituia, Paragominas, Santa Izabel, Benevides e Ananindeua. Ainda nos municípios de Óbidos, Alenquer e Monte Alegre. A Província do Pará, 11 de janeiro de 1964, pg. 2.

²⁷Sobre isto os jornais noticiam: Associação dos Produtores do Pará A posse de Passarinho e seu vice teve apoio explícito dos produtores do Pará, sua associação pública nota de apoio ao novo governo. A Província do Pará, 24 de junho de 1964, pg. 10; Mamede promete todo apoio ao governo Jarbas Passarinho, A Província do Pará, 28 de junho de 1964 pg. 1; Nota de A Província do Pará. Um dos maiores apoios da imprensa paraense ao golpe e ao governo do Passarinho. A Província do Pará, 13 de junho de 1964 pg. 1; Clube de diretores lojistas de Belém apoio do comércio, A Província do Pará, 12 de junho de 1964 pg. 10; Associação Comercial do Pará: apoio a articulação para indicar Passarinho. A Província do Pará, 10 de junho de 1964 pg. 6. 2º cad.).

²⁸Sobre isto ver a notícia: PSD no Pará apoia nome de Jarbas Passarinho ao governo. O Liberal, 10 de junho de 1964 pg. 1; Câmara elegeu por unanimidade novos prefeitos e vice. O Liberal, 10 de junho de 1964 pg. 3; Palácio “Lauro Sodré” ontem o governador Aurélio do Carmo, tentava demonstra normalidade administrativa as vésperas de sua cassação reunindo seu secretariado, com deputados do PSD. (A Província do Pará, 5 de junho de 1964 pg. 3).

²⁹Depoimento de Rui Antônio Barata concedido ao projeto UFPA e os Anos de Chumbo: traumas, memórias e cultura educacional (1964-1985).

³⁰O “Jornal do Dia” veicula como o Governo Estadual, trabalhadores e estudantes esperavam o

No gabinete do governador, encontravam-se vários secretários do governo, além do vice-prefeito de Belém Isaac Soares. Newton Miranda, governador do Estado, em exercício acompanhou tudo pelo rádio e esteve o tempo todo com as forças armadas do Estado pensando em como manter a ordem e a segurança. Não houve questionamentos à quebra da normalidade democrática por parte das autoridades constituídas no Estado. Quem sai na defesa da democracia e da ordem são os estudantes, os trabalhadores vinculados a alguns sindicatos e lideranças, sindicais e militantes do PCB.³¹ Pedro Galvão relata que percebeu os setores agrários organizados quando foi a faculdade de ciências agrárias do Pará, que percebeu filhos de latifundiários resistentes as propostas de reformas de base. Estavam contra as propostas de qualquer reforma agrária.

Lembro-me do episódio ocorrido no dia 30 de março de 1964. Nós estávamos ali, eu na presidência da UAP, nós estávamos na sessão de abertura do 1º Seminário Latino Americano sobre Reforma Universitária. A sessão de abertura foi realizada ali no auditório da Faculdade de Odontologia e fica na praça Batista Campos, onde o prédio acaba de ser vendido ao Bradesco. Naquela época nós fizemos a abertura desse primeiro seminário. Inclusive tinha estudantes de toda a América Latina, fizemos a abertura e depois a sala foi invadida por estudantes com lenços brancos no pescoço numa ação que mais tarde viemos, a saber, que poderia ter gerado derramamento de sangue, se não tivéssemos conduzido com habilidade a situação. Eles entraram e se estabeleceu uma briga entre plateia e as pessoas que estavam invadindo, eram filhos de fazendeiros, outras pessoas da burguesia e estabeleceu uma briga e a certa altura eu propus que eles teriam direito de falar.³²

No dia 30 de março, estudantes tinham invadido e “empastelado” a cerimônia de abertura do 1º Seminário Latino Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior, no auditório da antiga Faculdade de Odontologia do Pará – Localizada à época no Bairro da Batista Campos. Os invasores eram filhos de fazendeiros e policiais militares do Estado. Mickey Lobato³³ entrou no salão interrompendo o discurso do representante da

golpe, em matéria do dia 1º de abril de 1964.

³¹Comunistas ocupam cada vez mais os postos-chaves dos sindicatos no Brasil, 29 de Janeiro de 1964, A Província do Pará, páginas 1; Sindicato de São Paulo estão recebendo armas através de petroleiros, Jornal Folha do Norte, 12 de março de 1964; Sindicato levava campanha pelo monopólio integral do petróleo pelo interior: polícia deu permissão, 11 de Janeiro de 1964, A Província do Pará.

³²Depoimento de Pedro Galvão registrado no livro Relatos Subversivos. Esta prática já havia ocorrido. Já tinha havido também o caso do Sindicato dos Petroleiros, da história dos lenços brancos, entraram no sindicato dos petroleiros para quebrar com exceção de quem tivesse o lenço branco, deu certo foi repetido.

³³ Seu nome era Guilherme Henrique Lobato era estudante de arquitetura e filho de

Nicarágua, gritando “vamos acabar com esta merda, bando de comunas, filhos da puta”. Eles tinham lenços brancos no pescoço, para não serem confundidos com os “estudantes comunistas”, deixando indicação para os PMs sobre o seu alvo.

O primeiro Seminário Latino Americano de Reforma do Ensino Superior, cujo a seção de abertura eu presidi, e terminou ali, e aquilo foi no dia trinta. No dia seguinte, participamos de assembleias gerais lá nas faculdades, em diversas faculdades. Uma dessas assembleias gerais foi na Faculdade de Ciências Agrárias... E ali agente começou a perceber que havia divisões, que havia uma direita dentro do movimento estudantil funcionando, tanto havia que foi essa direita que invadiu a seção de abertura do SLARDS. (...) Eles eram articulados pelo Jarbas Passarinho.³⁴

O Diretório Acadêmico de Medicina da Universidade do Pará condena a invasão do I SLARDES, evento que estava sendo realizado em Belém e tinha como patrocinadores a UNE, UIE e UAP. Na nota, os “invasores” são considerados baderneiros e defensores do atraso antidemocrático.³⁵ Houve uma reunião no dia 31/03 entre diretores da UAP e o governo do Estado, com o vice-governador, Newton Miranda, com uma comissão de estudantes da UAP. O governo foi convidado a participar do SLADES (Seminário Latino Americano de Desenvolvimento e Ensino Superior) e de ir parar uma reunião na UAP para debater as garantias para o termino do Seminário e obter garantias para o evento. Esta reunião ocorreu pela parte da manhã e por ordem do governador em exercício foi definido em dispositivo de segurança, que seria colocado próximo da UAP, para evitar distúrbios e a polícia iria dar amplas garantias aos congressistas. Este dispositivo faria parte a Polícia civil e a Polícia Militar. Interessante é que a noticia cala sobre a participação da policia militar, mas agressões ocorridas na abertura do SLADES³⁶. Houve uma reunião na UAP após transferido o local do Simpósio, da Faculdade de Odontologia para a faculdade de Direito.³⁷

uma tradicional família de latifundiários do Marajó.

³⁴ Depoimento de Pedro Galvão ao projeto A UFPA e os anos de Chumbo: traumas, memórias e cultura educacional (1964-1985).

³⁵ Em nota oficial publicada no jornal “Folha Vespertina” de 31 de março de 1964. Participaram deste evento estudantes de diversos países como Cuba, Guatemala, Porto Rico, Honduras, Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela, além dos estudantes brasileiros como José Serra, Alberto Oliveira, Betinho, dentre outros.

³⁶ A Folha do Norte faz questão de dizer que as “Autoridades paraenses tomaram todas as medidas de segurança diante da grave situação nacional.” Notícia de 31/03, mas só publicada em 01/03.

³⁷ O presidente do D.A de Direito, José Carlos Castro foi quem colocou a disposição a Faculdade de Direito e no dia 01/03 haveria ocorrer na reunião do conselho técnico da administração da faculdade para avaliar o caso.

O golpe ocorre na madrugada de 31 de março para 1º de abril, invasão do seminário que aconteceu antes da invasão da UAP coincidia por exemplo com a reunião do Automóvel-Clube com os marinheiros e o presidente João Goulart. O clima transcrito nos jornais era de tranquilidade e calma e o posicionamento do governo estadual era apenas de expectativa. As lideranças sindicais no mesmo dia acataram a decisão da CGT de entrar em greve, também fizeram a indicação de um representante para ir ao Rio de Janeiro saber das decisões tomadas mediante a situação que era de alerta aos trabalhadores. As lideranças estudantis de imediato convocaram uma greve, aceitando o decreto nacional lançado pela UNE em defesa das liberdades individuais.

A União dos Estudantes Paraense cumprindo decisão de seu congresso extraordinário ontem realizado. Considerando que se desenvolve no país um processo golpista contra o mandato do presidente da República e atendendo a orientação da União Nacional dos Estudantes.

Resolve:

Decretar greve geral dos universitários paraenses até que seja destruído todo esquema golpista que ameça o Brasil;

Conclamar todos os oficiais, sargentos, trabalhadores, camponeses e o povo em geral para cerrarem fileiras em torno do presidente da República que encarna neste momento os sentimentos reformistas de libertação do povo brasileiro.³⁸

O universitário José Seráfico³⁹ redige um manifesto denunciando o golpe. A convocação da greve geral só teve cumprimento em poucos estados. A inação era generalizada. Os estudantes eram as vozes mais barulhentas na denúncia do golpe militar, daí porque a invasão deveria funcionar como um cala-boca corretivo (ALVES, 2004). Naquele momento, a UAP estava cheia de alunos. Todos evidentemente sabiam das movimentações. No dia 1º de abril, por volta das 19 horas a UAP foi invadida por tropas do exército e tudo foi quebrado. Havia um teatro de arte popular, que foi destruído, o famoso TAP, uma versão Parauara do CPC da UNE.⁴⁰ Foram presos dois militantes do PCB, vestidos de cuecas e sapatos, Humberto Lopes e Jocelyn Brasil, sequestrados de suas casas. Na parte da UAP, as metralhadoras foram apontadas para a sede, com soldados deitados nas calçadas. Os estudantes fugiam pelos quintais enquanto a sede da UAP era destruída pelos soldados⁴¹

³⁸Nota Oficial. Folha Vespertina, 1 de abril de 1964.

³⁹Professor aposentado da Universidade Federal do Amazonas. Estava na sede da UAP quando foi invadido pelo exército.

⁴⁰Entrevista cedida por Pedro Galvão. Op. Cit.16.

⁴¹Idem.

O jornal *O Liberal* publica que os estudantes e o coronel reformado Jocelyn Brasil foram presos por tropas do exército, quando faziam propaganda subversiva, pelo alto-falante, no interior da sede da UAP.⁴² Novas informações sobre a invasão da UAP,⁴³ tendo uma postura de porta voz das forças repressivas, e assina em baixo a versão dos militares quando afirma que havia uma célula comunista na entidade. A matéria afirma que houve apoio de moradores para invasão e que houve farta apreensão de material comunista. O jornal relata que foram apreendidos os cartazes do Seminário Latino Americano de reforma universitária que não chegou a ser instalado em Belém “fase a imediata reação, que em nome da democracia, dissolveu a reunião”.⁴⁴ Para o jornal os estrangeiros desprezaram os democratas brasileiros, querendo transformar o nosso país numa nação comunista e satélite da União Soviética, a prova era o cartaz do seminário com a foice e o martelo. O irônico é que o editor do jornal, deputado do PSD, Hélio Gueiros, será preso em maio de 1964. No momento da invasão da UAP o jornal assume a versão das forças armadas. “A imprensa paraense naquele momento foi sobre tudo uma vergonha total. É só você ver as manchetes e a zombaria que os jornais trataram a invasão da UAP, como se agente estivesse, fosse um monte de coelho, correndo assustados.”⁴⁵ Para Pedro Galvão a montagem do cartaz foi um absurdo, “mas aí já é a direita agindo. A direita misturada com os militares naquele momento”.

Há notícias que as Forças Armadas estavam de rigorosa prontidão, soldados e marinheiros e recolhidos as suas unidades. É como se todos esperassem os desenrolar dos fatos no sul do país. As forças armadas estavam em processo de negociação, mas não fizeram até o fim do dia 01/04, qualquer ação de repressão. Ironicamente informam que desde as 15 horas do dia 01/04 a polícia guardava o prédio da UAP. Prédio que seria invadido pelo exército posteriormente, na noite daquele dia.

Pedro Galvão, presidente da UAP, passou mais de 50 dias preso, indiciado em Inquérito Policial Militar. Os estudantes presos em 1964, quando falam de suas experiências, expressam o medo que vários setores da sociedade tinham do comunismo. As prisões no Pará feitas pelos golpistas focaram nas lideranças sindicais, divulgadora das reformas de João Goulart, dos estudantes e dos militantes políticos. Só depois iria contra os políticos do PSD no Estado. Os políticos paraenses que faziam a política tradicional apoiaram a ditadura, todos apoiavam aquele movimento que eles chamavam de “revolução”. Para Pedro Galvão “Ninguém sabia do golpe”.⁴⁶ O golpe foi articulado naturalmente pelas forças armadas.

⁴²A Invasão da UAP, *O Liberal*, 02 de Abril de 1964.

⁴³Na UAP funcionava a subversão, *O Liberal*, 3 de Abril de 1964.

⁴⁴Idem.

⁴⁵Idem.

⁴⁶Depoimento concedido ao projeto UFPA e os anos de chumbo: traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985).

Agora na minha prisão, no dia da minha prisão eu assisti cenas vergonhosas, dentro do quartel general da oitava região que fica na praça da Bandeira. Eu fui preso naquele dia e fui levado pra lá, quando eu cheguei lá encontrei Jucelyn Brasil e Humberto Costa, que fora junto comigo. Não sei se tinha mais alguém, mas estávamos nós naquela... cercado de oficiais e autoridades. Estava lá o vice-governador que era o Newton Miranda, Clovis Moraes Rego, era um puia. E eu encontrei essas figuras lá, mas aí tinha também o almirante comandante do quarto distrito naval, tinha o brigadeiro comandante da base aérea de Belém, estavam tudo lá. E aí houve discursos lá. Um discurso foi do Coco, eu acho que era Coco esse o apelido dele Clovis Moraes Rego, fez um discurso, mas um discurso baba-ovo! Uma coisa vergonhosa, uma coisa nojenta.

Outra prisão aconteceu e ele foi levado para o Rio de Janeiro, uma kombi da Marinha vai á sua casa e o leva preso por ordem da CENIMAR. Ficou preso no Arsenal de Marinha. “Só que eles não diziam para a minha família onde eu estava”.⁴⁷ João de Paes Loureiro⁴⁸ afirmou que era uma prática das prisões, não dar informação sobre o destino do preso. Relata que foi preso na sua primeira prisão ficou no pátio da Central de Polícia, junto com os criminosos comuns e as celas estavam cheias que ficaram no pátio. Depois também foi preso onde hoje é a casa das onze janelas, era a quinta Companhia do Exército.

Quatro dias depois do golpe e o Rui Barata é preso e fica 60 dias preso, na policia militar, no quartel da Gaspar Viana e depois sai aí por volta de junho/julho. A família não tem comunicação com ele. Segundo Rui Antônio Barata, filho de Rui Barata o papai entra no partido por volta de 1959 e 1960. Ele já tinha nessa ocasião 40 anos, e a Canção aos 40 anos, que são os poemas clássicos dele, diz: “quarenta anos correram, neles também corri, nesses quarenta anos oitenta é de amor por ti”. Ele já diz também que: “Cresço na aurora... galopando esse corcel, cresço rubro de esperança nas barbas de Dom Fidel”. E Ruy a partir dali entra no Partido Comunista, incentivado por comunista chamado Humberto Lopes.⁴⁹ O professor da UFPA Rui Barata é aposentado compulsório por ser “comunista! É demitido do cartório que ocupava. E depois de três meses de um inquérito policial

⁴⁷Paes Loureiro, depoimento UFPA. Rodamos essa cidade não sabia para onde iam levar. “Quando anunciaram a saída do avião, era um avião que eu acho que saía meia noite por aí, então ele veio me algemou, aí eu entrei, quando eu passei algemado para embarcar tinha a família de um amigo meu, do Antônio Jorge ABelém. Aí a mãe dele quase teve um troço quando viu eu passar.

⁴⁸Estudante de Direito da UFPA. Era presidente da UNE.

⁴⁹ Militante do PCB reformado da aeronáutica e dirigente do Partido. Depoimento de Rui Antônio Barata ao projeto UFPA e os Anos de Chumbo: traumas, memória e cultura educacional (1964-1985)

militar comandado pela CG - omissão Geral de Inquérito no Pará, não se encontrou provas. A Comissão de Inquérito apontou que Ruy Barata não tinha motivos para ser demitido do cartório. Faltava um dia para o término do AI-1, Jarbas Passarinho manda demiti-lo.⁵⁰

O deputado Benedicto Monteiro⁵¹ é preso, pertencia ao PTB, era membro do PCB e no Pará coordenava a SUPRA. Quando ocorreu o golpe civil-militar estava realizando levantamento dos latifúndios improdutivos no Pará e de terras não regularizadas, portanto sem títulos para efeito da reforma agrária anunciada pelo presidente João Goulart no comício da Central do Brasil. O jornal informa que Raimundo Jinkings continua foragido e que Benedicto Monteiro era um comunista conhecido, representante da SUPRA em Belém e que chegou a desafiar as forças armadas. O deputado foi preso em município de Alenquer e levado para lugar ignorado. Posteriormente será cassado o mandato de deputado pela ALEPA.

Raimundo Jinkings foi preso em sua residência após 29 dias de busca.⁵² ele visitava a família e preparava-se para fugir. Sua prisão foi feita pela polícia militar do Estado. No mesmo dia anuncia a prisão dentre eles, do senhor Wilson de Pinho Gonçalves, funcionários dos correios e telégrafos de Santarém.⁵³ Segundo o jornal, ele tinha “material subversivo para sublevar o povo santareno”. Foram presos também o senhor Luis Fernando Costa, Manoel Alquelar de Alcântara, presidente dos sindicatos dos trabalhadores e calçados, e Ubirajara Freitas.

Uma denúncia para o DOPS sobre a existência de agitadores comunistas em Capitão Poço. Foi feita uma diligência e foi preso Raimundo Waldemar Coelho, João Moura da Costa e Agostinho Rodrigues, este era escrivão do cartório.⁵⁴ Foram presos Sá Pereira, presidente do sindicato dos petroleiros e Nazaré Dibi, funcionário da Petrobrás, na Avenida 16 de Novembro em frente a casa dos estudantes da UFPA. A polícia civil continua auxiliando as forças militares nas prisões dos “elementos subversivos” e mandado todo o material apreendido para as comissões de inquérito. Toda apreensão foi organizada pelo delegado geral Eynard Pantoja.

Mais de meia centena de pessoas foram detidas no Pará⁵⁵ após a revo-

⁵⁰PASSARINHO, Jarbas. Na Planície Amazônica.

⁵¹No dia 11 de abril de 1964 “A Província do Pará” traz a manchete “Preso e transportado para Belém o deputado Benedicto Monteiro”, incluindo foto do deputado nesta matéria.

⁵²No dia 30 de maio o jornal A Província do Pará noticia a prisão de Raimundo Jinkings “Presidente do ex-CGT e agitador profissional”.

⁵³Vários elementos subversivos, A Província do Pará, 30 de maio de 1964.

⁵⁴A polícia civil prendeu líderes comunistas, 02 de Abril o jornal Folha do Norte.

⁵⁵“A Província do Pará” de 04 de Junho publica a manchete “Todas as pessoas, presas poderão ser liberadas”. Quem fica preso: Benedicto Monteiro, Cléo Bernardes, Raimundo Jinkings, Adeline Cordeiro, Sandoval Barbosa, Carlos Sá Pereira, Joselyn Brasil, Ronaldo Barata, Humberto Lopes, Hélio Gueiros, Antônio Hozana.

lução do 1º de Abril acusadas de corrupção e subversão, salvo pouco mais de uma dezena permaneceram presas. A prisão do Sr. Benedito Pereira Guerra⁵⁶ presidente da ULT (União dos Lavradores do Tocantins) em Castanhal e transferido para Belém, que depois iria para o quartel da 8ª região militar. O jornal aponta como prova da subversão os fogos de artifício e o material subversivo encontrados e dá a versão fantasiosa, de que esses fogos de artifício seriam para comemorar a revolução comunista que foi sufocada pelo movimento militar de 64. Podemos observar que na notícia desta prisão houve colaboração da polícia civil do Estado e que o delegado Eynard Pantoja chefiou pessoalmente as diligências em Castanhal e recebeu instruções das autoridades militares. Foram presos também Luis Fernando dos Santos Alencar, José Acurcio Cavaleiro de Macedo e Paulo Nogueira da Costa que irão responder a inquérito policial.

Os jornais continuam noticiando prisões de pessoas envolvidas com ações subversivas como a de João Luis Barreiros Araujo apresentado como elemento perigoso, que visitou várias vezes a Rússia. Sua esposa Lady Brito Araujo, que segundo a *Província do Pará* “era uma esposa comunista e que professava esta doutrina por ter sido instruída pelo marido”.⁵⁷ A *Província do Pará* noticia, depois do golpe, a cassação de vereadores de Ananindeua, pela câmara municipal, por serem agitadores comunistas. Os vereadores eram Antônio Henrique Mesquita da Rocha e Luiz Mesquita da Costa do PTN. E a cassação foi comunicada ao secretário de Interior e Justiça do Estado. Esta notícia é mais uma evidencia das relações do governo do Estado com o movimento golpista de 1964 e do apoio dada pela sociedade aos atos de cassação.

Os militares no Pará são bastante cautelosos. Como Fico (2004) indica, no Pará há uma “tibieza por parte dos oficiais-generais”. Há um compasso de espera. Neste clima podemos avaliar as duas declarações do governador do Pará, Aurélio de Carmo. A primeira dada quando da realização da Conferência Nacional do PSD, no Rio de Janeiro, na sua saudação ao candidato indicado para concorrer à presidência da República, o senador Juscelino Kubistchek.⁵⁸ O governador já faz uma análise da disputa ideológica, prejudicial ao Brasil que ocorre. Avalia a postura do presidente João Goulart e o compara com o ex-presidente Juscelino Kubistchek, ressaltando o equilíbrio e o democrata que este último representa. Não podemos esquecer que é um discurso para um ambiente eleitoral, para um candidato a presidente, mas neste discurso ele se coloca ao lado dos democratas, e excluem o presidente João Goulart e os comunistas deste campo. Ressalta que lutou pela posse do

⁵⁶ Na *Província do Pará* do dia 10 de Junho a “Polícia efetua mais prisões de comunistas e prossegue à procura dos que escaparam”.

⁵⁷ Presos subversivos perigosos, Folha do Norte, 10 de Junho de 1964.

⁵⁸ JK, Jornal Folha do Norte, 9 de março de 1964.

presidente João Goulart, enquanto este defendia a constituição. O governador Aurélio do Carmo afirma que as reformas podem ser feitas, nos marcos da legalidade e se não são, foi por que aqueles que as propõe fazem pressão para cubanizar o Brasil. O interessante é que ele não fez crítica à história das tentativas golpista, daqueles que no momento apresentavam-se como democrata (FERREIRA, 2006). Observamos que o nome do governador do Estado em exercício, Newton Miranda,⁵⁹ autoridades locais mostraram sua solidariedade ao movimento militar

Não poderiam os paraenses, pelo seu governador, e os militares, por seus chefes legítimos, retardar por mais tempo a sua completa adesão ao abençoado movimento, que eclodiu no generoso solo de Minas Gerais cresceu e avultou nas terras históricas dos bandeirantes, e logo se irradiou por todo o território pátrio. Tão pronto alguns problemas locais foram satisfatoriamente solucionados, como recomendava a virtude da prudência e o desejo do não derramamento de sangue dos amazônida, Governo e Comandantes Militares, em íntima comunhão de pensamento, ligados pelo mesmo amor ao Brasil, e igualmente repudiando o comunismo ateu e tirânico, fazem saber à Nação brasileira a sua firme e inabalável determinação de formarem ao lado das forças que se batem pela restauração do princípio da autoridade e pelos fundamentos da própria organização militar, que são a disciplina e a hierarquia, tão vilmente vilipendiadas e enxovalhadas pela mais despudorada demagogia e pela demagogia e pela deplorável ausência de espírito público.⁶⁰

A nota do vice-governador bem demonstra o apoio, por parte das lideranças política do PSD no Pará, do golpe que depôs o presidente João Goulart. O movimento militar é relatado como abençoado e afirma a íntima comunhão de pensamento com os chefes militares, o repúdio ao comunismo tirânico e ateu. Nesta nota há uma postura de descartar os aliados de ontem, e tentar parecer confiável aos novos donos do poder. O PSD no Pará através da nota do seu vice-governador concretiza uma posição de apoio ao movimento de 1964. O posicionamento do prefeito de Belém, Moura de Carvalho, em relação ao movimento de 1964, vem reafirmar o apoio do PSD ao golpe civil-militar.

No momento em que a nação retoma a plenitude de seu regime democrático como resultado e esforço patriótico das forças Armadas, o que representou a aspiração de todo o povo brasileiro, desejo, na qualidade de militar e com a responsabilidade de uma liderança partidária. Proclamar a incontida vibração de que me acho possuído por esse acontecimento histórico que significa o

⁵⁹ Ao povo do Pará da Amazônia e do Brasil, Jornal O Liberal, do dia 02 de Abril de 1964.

⁶⁰ Ao povo do Pará, da Amazônia e do Brasil. O Liberal, 02 de abril de 1964; pag. 1.

esmagamento definitivo dos da traição e dos inimigos da Pátria [...]. Desde os primeiros instantes da crise coloquei-me ao lado daqueles que desejavam devolver a tranquilidade e a paz ao nosso povo, dentro dos postulados constitucionais que fixaram como base da organização das forças Armadas o princípio das disciplinas e da hierarquia.⁶¹

Ao ler a nota do prefeito de Belém percebemos que as lideranças do PSD no Pará comungaram das mesmas ideias, dos militares, e permitiram que direitos humanos fossem violados em nome de uma paz que só poderiam ser resgatados com base no uso da força e no caso das forças armadas. Em Abril o governador Aurélio do Carmo é homenageado, junto com comandantes das forças armadas na região, pela grande loja maçônica, do Pará, com jantar de mais de 200 talheres no automóvel Club de Belém pelo “reconhecimento pela maneira patriótica com os referidos homens públicos se conduziram em defesa do regime democrático na recente crise nacional”. A reunião contou com a presença de várias lojas maçônicas de Belém, com várias autoridades, representantes de organizações da sociedade civil, o que demonstra um posicionamento de apoio ao golpe por parte de setores religiosos e civis. Podemos inferir que o governador Aurélio do Carmo procurava se aproximar dos militares e do governo “da revolução”. Este tipo de ato político procurava demonstra uma articulação dentro da sociedade paraense e uma harmonia com as forças armadas no Estado.

O governador Aurélio do Carmo cria⁶² na *Província do Pará* uma reportagem comunicando a criação de uma comissão para apurar as atividades subversivas no meio dos funcionários do Estado, por portaria, visando dar cumprimento as disposição do AI firmado pelo Comando Supremo da Revolução. Justifica o ato afirmando que vários governadores já haviam tomado tal medida inclusive o governo de Minas Gerais. Esta portaria demonstra a concordância do governador com os atos do comando supremo da revolução e é mais uma evidência de que o golpe foi civil-militar e no Pará não houve qualquer resistência por parte do governo e do PSD. Afirmado mais ainda este ponto de vista, podemos avaliar a concordância do governo do estado com o golpe na medida em que instala na secretária de educação uma comissão para apurar se houve ações comunistas na secretaria, o secretário, Paulo Cesar de Oliveira, teve autorização para investigar.⁶³

Os esforços do governador e da cúpula do PSD no Pará de aproximação com os militares que estavam no centro do Estado brasileiro não surtiram efeitos, que informe que o governador Aurélio do Carmo teria passado um telegrama para o presidente da República, Castelo Branco.

⁶¹ A província do Pará, 04 de abril de 1964; pag. 1.

⁶² Comissão vai apurar atividades subversivas de funcionários, A Província do Pará, 5 de Maio de 1964.

⁶³ A província do Pará, 16 de maio de 1964.

consternado levo ao conhecimento do presidente da República, que meu governo se encontra sob virtual intervenção das Forças Armadas, cumprindo determinação do general Bandeira Coelho, presidente da Comissão de inquérito no Pará, estão com representantes em todas as secretarias, de estado, procedendo a levantamento e averiguações, sem que antes me fosse feito qualquer comunicação ou solicitação.⁶⁴

O governador ainda reclama pelo ocorrido, ter ferido a autonomia do Estado, e solicita ao presidente da república, “confiando no seu espírito democrático, o respeito às leis”, cessar os abusos, reafirma o governador que não a recusou a colaborar dar informações. Este telegrama é um dos últimos atos do governador se demonstra a disposição em colaborar com o regime militar que estava se conformando. Só após as cassações, principalmente do governador, do vice-governador, do vice-prefeito, vice-prefeito e de deputados do PSD, no estado, é que podemos observar criticas discreta, feitas em relação aos direito de defesa, de recebimento de visitas na prisão, na defesa da constituição e das leis. Neste telegrama o apelo ao espírito democrático do presidente pode ser a última tentativa de salvar o mandato de o governador sair da lista de uma possível cassação. Mesmo nos termos em que foi feito o telegrama soa como um protesto tardio contra os rumos que a “revolução” estaria tomando, principalmente aos olhos do PSD do Pará.

A perseguição dos militares não se resumiu somente aos “comunistas”, “subversivos”. Em 21 de maio de 1964, teve início a apuração de denúncias de corrupção e malversação de fundos públicos, na prefeitura de Belém e no governo paraense, pela comissão de investigação sumária (CIS). E é nesse momento que o jornal *O Liberal* com muita cautela, se mostra um tanto indignado com a “revolução”, podemos observar isso no seguinte artigo,⁶⁵

Desde ontem o Pará, desgraçadamente, não parece uma unidade federada da republica dos Estados Unidos do Brasil. Parece mais uma esquisita terra de povo sem proteção do consenso universal civilizado, sob a pressão de leis que não tem força para exercer nenhum amparo à mais alta expressão da própria vida coletiva juridicamente organizada, se sobre o seu direito lídimo de governar-se baixou um arrasador furacão de ódios e de incompreensões, infelizmente sob a aparência de superior autoridade punitiva. A contra revolução brasileira, porém, que aí está não pode ou não deve bitolar-se, tem possibilidades de escapar ao que tem sido o ritmo geral das revoluções, primeiro porque não se fez sobre um fundamento de ideias novas que devem implantar-se com ou sem o assentimento da nação, uma vez que para recuar a onda

⁶⁴Telegrama ao presidente Castelo Branco, A Província do Pará, 16 de maio de 1964.

⁶⁵As tiranias passam. *O Liberal*, 23 de maio de 1964.

bolchevizante da revolução janguista e colocar o país nos quadros normais da constitucionalidade e da legalidade, foi o que fez; segundo, porque apelando às Forças Armadas para suas armas, o fizeram provocadas pelo clima nacional de repulsa à desordem, que caía esdruxulamente de cima do Poder mais alto da República e intranquilizava perenemente a família brasileira gastando-lhe o melhor das energias assecuratórias de sua dignidade de viver; e ainda, em terceiro lugar, porque vitoriosas as armas estas continuaram a jurar sobre a Constituição da República toda a sua fidelidade à democracia, valha dizer, ao respeito à personalidade humana e as instituições legais, sem arrepio à linha de evolução das mesmas instituições. Entretanto se a sorte nos anima por poder-se verificar na presidência da República concretamente um homem de bem, um caráter forte de cidadão e de soldado, para quem o amor da pátria e a profissão militar são duas faces da mesma moeda de ouro da suprema responsabilidade de sua vida pessoal na integração da vida nacional; se derredor ao presidente podem observar-se homens de verticalidade inflexível ante os deveres maiores para com a Pátria; por outro lado, tristemente, inquietadoramente se pode também ver que pululam politiqueros para quem a ordem revolucionária perdeu o tom de redemocratização do País, para acentuar-se em instrumento de ódios e vinganças contra o maior partido nacional e local, contra PSD e os pessevistas, queriam lá desfaçar quando quiseram, mas essa é a verdade que grita nos fatos. A intervenção declarada, patente intente que ilegalmente invadiu o governo paraense e alheia até a constituição da República vigora no território deste estado como estranha e paradoxal invasão da nossa autonomia, (...) Fora da lei e contra a lei não existe autoridade. Existe tirania, existe prepotência, existe despotismo, despotismo prepotência e tirania cujas raízes mais fundas se enterram ao solo ingrato da covardia moral.

O artigo do deputado do PSD, líder do governo na ALEPA, pessoa de confiança do governador e editor do jornal *O Liberal* só pode ser entendida diante da conjuntura local do Pará. O artigo se posiciona diante das intervenções feitas nas secretarias de estado pelas forças armadas sem ouvir o governado Aurélio do Carmo. Diante de uma possível cassação há uma reação do PSD no Pará através do telegrama mandado ao presidente da República pelo governador Aurélio do Carmo e através do editorial de *O Liberal*. O editorial critica a mudança de rumo da “revolução de 64”, chama atenção para o respeito a Constituição, ou seja, o PSD no Pará, não acreditava que os novos governantes fossem intervir no Estado, cassar seu governador, e até mesmo o ex-presidente Juscelino Kubistchek. Surpreso o deputado e jornalista Hélio Gueiros, com a mudança da “revolução”, denuncia que a revolução agora é contra o PSD. Alerta que só há tirania fora da lei e clama pelo julgamento da História. Ocorre que esta matéria foi publicada no dia 23 de maio e há muito a “revolução” já havia rasgado a constituição, prendido pessoa sem acusação formada, invadido casas, sindicatos, a UAP e o jornal

O *Liberal* e o PSD no Pará ficaram mudos frente a essas arbitrariedades ou por vezes ajudaram a “livrar” a sociedade brasileira do “perigo vermelho”. Só quando o perigo ronda o PSD é que o movimento dos militares de 1964 passa a ser visto, pelo partido, como um perigo para a democracia brasileira. É trade. A democracia não será salva quebrando-se os princípios democráticos. Não se instala uma ditadura para restaurar a democracia.

Hélio Gueiros foi preso devido à publicação do editorial do jornal *O Liberal* do dia 23 de Maio. O jornalista foi preso no dia 30 de Maio. Sua liberdade teria sido um pedido dos deputados Gerson Peres, Dionísio Bentes de Carvalho e da mesa da ALEPA ao general Jurema Mamede quando este visitou o legislativo paraense. Hélio Gueiros foi preso e ficou incomunicável por sete dias.⁶⁶

A lista das novas cassações⁶⁷ assinada pelo presidente da República incluiriam os nomes de Juscelino Kubistchek, do governador Aurélio do Carmo, do vice-governador Newton Miranda, do prefeito de Belém Luís Goés Moura Carvalho, todos do PSD. Ressalta-se que todos estavam sendo investigados nos inquéritos instalados no Pará. Estavam incluídos também o vereador de Belém, Alberto Nunes, do PTN, o prefeito de Cametá Agenor Moreira, Amílcar Moreira, e Reis Ferreira deputados federais do PSD. Nesta lista o comunista e presidente do CGT, Raimundo Jinkigns e Benedito Monteiro deputado estadual, do PTB, e delegado estadual da SUPRA no Pará, perdera os direitos políticos por 10 anos. O PSD no Pará foi pego de surpresa em março de 1964, mas seus líderes calaram frente ao arbítrio é por vezes concordara com os atos de violação aos direitos humanos praticados pelos governos militares. Podemos afirmar que no Pará as lideranças pedessistas, foram aliados dos golpistas, ainda que por breve tempo.

Referências

ABREU, Alzira. 1964. A imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: Ferreira, Marieta. **João Goulart entre a História e a memória**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BARATA, Ronaldo. Cem dias quarenta anos depois. In: NUNES, André Costa et.al. **1964 – Relatos Subversivos: Os estudantes e o golpe no Pará**. Belém: Edição dos autores, 2004. pp.119-149

⁶⁶ O *Liberal* do dia 02 de Junho publica a manchete “Ainda preso e incomunicável Hélio Gueiros”, por ordem do tenente coronel Oliveira. A matéria pergunta se estamos numa ‘pátria’ que ainda é república constitucional e cristã até quando?”. A soltura de Hélio Gueiros seria resultado de uma conversa entre o general Jurema Mamede, o general Bandeira Coelho e o general Taurino Rezende ocorrida no sul do país.

⁶⁷ A lista das novas cassações, A Província do Pará, 10 de Junho de 1964.

BARATA, Ruy Antonio. Histórias de raça e pirraça nas terras do Grão-Pará. In: NUNES, André Costa *et al.* 1964 – **Relatos Subversivos**: os estudantes e golpe no Pará. Belém: Edição dos Autores, 2004, pp. 271-306.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe militar e a ditadura**: quarenta anos depois. Bauru (São Paulo): Edusc, 2004, pp.15-28.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história Oral**. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. **Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Além do golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GALVÃO, Pedro. Vencidos e vencedores. In: NUNES, André Costa et al. **1964 – Relatos Subversivos**: os estudantes e golpe no Pará. Belém: Edição dos Autores, 2004, pp. 15-42.

MOTTA, Rodrigo. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: Ferreira, Marieta. **João Goulart entre a História e a memória**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, D. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

REIS, D; R, Marcelo; M, Rodrigo. **O golpe e a ditadura civil-militar: 40 anos depois (1964-2004)**. EDUSC, 2004.

PETIT, Pere; CUELLAR, Jaime. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro.

Artigo recebido em 28-02-2014, revisado em 19-05-2014 e aceito para publicação em 11-06-2014.